

A UE E A AGENDA APÓS 2015
UMA PARCERIA MUNDIAL PARA A
ERRADICAÇÃO DA POBREZA E PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Thierry Dudermel
Afonso Oliveira¹

*De vítima a líder da comunidade – uma mulher guatemalteca toma posição
contra a violência contra as mulheres*

(Copyright: Comissão Europeia, 15/09/15)

*Quando discutimos os ODS [...], acredito que precisamos olhar além de
fazer da pobreza história. Devemos encarar seriamente o desenvolvimento
sustentável em todas as suas dimensões – econômica, social e ambiental –
bem como a maneira de criar as condições para sociedades justas e equânimes
que adotem boa governança, direitos humanos e paz.*

Neven Mimica, comissário europeu da cooperação e desenvolvimento
internacional (Parlamento Europeu, Bruxelas, 1º de junho de 2015)²

O ano de 2015 será um marco para a sustentabilidade. O próprio secretário-geral das Nações Unidas descreveu 2015 como o ano mais importante para o desenvolvimento desde a fundação da ONU: acabar com a pobreza, alcançar a transformação, a sustentabilidade, a paz e os direitos humanos são os elementos fundamentais de uma nova visão coletiva. Refletindo isso, a União Europeia (UE) designou 2015 o Ano Europeu para o Desenvolvimento, o pri-

1 Este trabalho baseia-se na apresentação feita por Thierry Dudermel no seminário e em outras fontes de informação da Comissão Europeia. Porém, seu conteúdo não reflete necessariamente a opinião da Comissão Europeia ou de seus serviços.

2 Em: <https://www.theparliamentmagazine.eu/articles/opinion/post-millennium-development-goals-test-world-solidarity>

meiro Ano Europeu relacionado à ação externa da UE e ao papel da Europa no mundo. Para as organizações de desenvolvimento de toda a Europa, trata-se de uma oportunidade única para mostrar o compromisso da Europa com a erradicação da pobreza em todo o mundo e inspirar mais europeus a se engajar e participar do desenvolvimento.

Em setembro de 2015, os Estados-membros da ONU deverão chegar a um acordo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais (ODS), que substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no desenvolvimento internacional futuro.

Com efeito, é importante compreender que não estamos começando do zero com os novos ODS: eles representam uma evolução dos oito ODM originais, que moldaram os últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento. Variando de reduzir pela metade os índices de pobreza extrema a deter a propagação do HIV/AIDS e prover educação primária universal, tudo até a data-limite de 2015, eles compõem um plano acordado por todos os países do mundo e todas as principais instituições de desenvolvimento do mundo. Esses objetivos galvanizaram esforços sem precedentes para atender as necessidades dos mais pobres do mundo e obtiveram resultados consideráveis, ainda que seja importante mencionar que o progresso foi desigual: enquanto o Brasil deixou de cumprir apenas um dos ODM, o Benin, por exemplo, não cumpriu nenhum, de acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2015.³ Portanto, o processo para criar novas metas deve unir e se basear em iniciativas anteriores, nomeadamente os resultados da Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2010 e da Conferência Rio+ 20 sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, fundindo-os num quadro único para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

Refletindo sobre os ODM originais, os quais foram parcial ou completamente alcançados com o apoio inegável da União Europeia, uma coisa fica clara: as realidades mundiais mudaram nos últimos quinze anos. Muitas economias emergentes estão florescendo, com a renda de alguns países de renda média alta superando as de vários países da UE. Apesar disso, as disparidades dentro dos países em desenvolvimento estão aumentando. Mas o mundo também assistiu a um aumento de certas pressões externas sobre as economias em

3 Em: http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20%28July%201%29.pdf

desenvolvimento, em especial as crises financeiras e econômicas, a mudança climática e o seu impacto no esgotamento dos recursos naturais e nos desastres naturais, e o aumento do consumo e a volatilidade dos preços de alimentos e da energia. São necessárias uma nova agenda e uma nova forma de conceber o desenvolvimento.

Duas reuniões internacionais de alto nível oferecem a oportunidade de se chegar a um acordo sobre uma nova agenda que inclua um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sobre a nova parceria global para sustentá-la: a Terceira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, que teve lugar em julho, e a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável da ONU, que acontecerá em Nova York no final de setembro. O acordo sobre a agenda pós-2015 terá também implicações importantes para as negociações no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, prevista para ser discutida na 21ª Conferência do Clima (COP21), que se realizará em Paris no final do ano.

Um progresso significativo já foi alcançado através de vários processos na ONU. O relatório do Grupo de Trabalho Aberto sobre ODS⁴ e o relatório da Comissão Intergovernamental de Peritos para o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável⁵ dão contribuições importantes e mostram que um acordo global sobre uma agenda ambiciosa de desenvolvimento pós-2015 está ao nosso alcance.

A União Europeia (UE) desempenhou consistentemente um papel importante e construtivo nesses processos, dando contribuições essenciais e engajando-se ativamente com parceiros em todos os níveis. As Comunicações da Comissão Europeia de fevereiro de 2013, julho de 2013 e junho de 2014 e as conclusões do Conselho de junho de 2013, dezembro de 2013 e dezembro 2014 articulam a visão da UE para uma agenda pós-2015, que precisa ser global e universal e incorpore as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Mas é a Comunicação de fevereiro de 2015 que estabelece efetivamente os princípios abrangentes e os principais componentes necessários para a implementação da agenda do desenvolvimento pós-2015.

4 Em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/970&Lang=E

5 Em: <https://www.google.com/search?q=Intergovernmental+Committee+of+Experts+on+Sustainable+Development+Financing&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:en-GB:official&client=firefox&channel=fflb>

Ela define ações para todos os países e algumas que poderiam ser levadas a cabo especificamente pela UE, desde que haja um acordo sobre o quadro geral e os seus meios de implementação. Com efeito, a UE abraçou totalmente o objetivo de criar uma nova agenda, como evidenciado pela importância dada ao Ano Europeu para o Desenvolvimento. Demonstrando o compromisso da UE com a erradicação da pobreza, a construção da prosperidade, a proteção do ambiente, o combate à mudança climática e a reação aos desastres, ela também pretende mostrar como cada euro de apoio faz uma diferença para a vida de muitas pessoas em todo o mundo. Os três números seguintes ilustram o papel de liderança da UE na implementação da agenda pós-2015.⁶

€ 100 bilhões

Esta é a *quantia que a UE estima mobilizar através de blending* (combinações de financiamentos) até 2020. Os investimentos de até € 8 bilhões da UE devem gerar mais de € 40 bilhões de instituições financeiras públicas que devem ajudar a mobilizar um total de mais de € 100 bilhões provenientes de fontes privadas em 2020. A UE foi pioneira em alavancar o financiamento adicional para o desenvolvimento sustentável.

€ 58 bilhões

Esta é a quantia destinada pela UE à ajuda pública ao desenvolvimento coletivo da UE em 2014, o que a torna, de longe, o *maior doador do mundo*, e que equivale a impressionantes *52,8% de toda a ajuda ao desenvolvimento*. Em consonância com esse papel, a UE assumiu o compromisso ambicioso de atingir o objetivo de 0,7% da ONU dentro do prazo da agenda pós-2015.

85%

Esta é a *porcentagem de cidadãos da UE que pensam que é importante ajudar as pessoas nos países em desenvolvimento*. Outros 69% acreditam que o combate à pobreza tem um efeito positivo sobre os cidadãos da UE, e 67% julgam que a ajuda deve aumentar.

Está claro que, tanto para a UE como para seus Estados-membros, o desenvolvimento é um assunto sério, para o qual contribuíram muito e sobre cujo futuro lhes parece que têm algo a dizer. Neste artigo, gostaríamos de explicar a posição da UE sobre a agenda pós-2015 e, em particular, as suas contribuições para os ODS. Responderemos às seguintes perguntas: O que precisa estar presente nos ODS? Como devemos implementá-los? E como devemos monitorá-los? Por fim, daremos uma olhada rápida no que parece ser o futuro desse tema.

COMO IMPLEMENTAR OS ODS: COMPONENTES PRINCIPAIS

A Comunicação da Comissão de fevereiro de 2015⁷ enuncia os princípios cuja integração à forma final dos ODS a UE defende. São princípios que a UE sustentou na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, que teve lugar em Adis Abeba, de 13 a 16 de janeiro. Eles cobrem não só o financiamento, mas também o modo de alcançar os objetivos da agenda pós-2015 num sentido mais amplo – os “meios de execução”.

A UE antevê uma nova parceria global que deveria envolver todos os países e mobilizar todos os meios de execução. Suas prioridades incluem ações concretas em questões como o ambiente político favorável; desenvolvimento de capacidades; mobilização e uso eficaz de financiamento interno; financiamento público internacional; comércio; ciência, tecnologia e inovação; mobilização do setor privado; aproveitamento dos efeitos positivos da migração; e avaliação, acompanhamento e prestação de contas.

Um ambiente político favorável e propício

Tanto em nível internacional como em cada país, uma combinação coerente de políticas, práticas, instituições e recursos eficazes é necessária para criar as condições adequadas à implementação da agenda pós-2015. A boa governança em todos os níveis também é um objetivo essencial em si mesma.

Em nível nacional, a UE acredita que todos os governos, em consulta plena aos seus cidadãos, terão de decidir como contribuirão para a realização

7 Em: https://ec.europa.eu/europeaid/communication-global-partnership-poverty-eradication-and-sustainable-development-after-2015_en

dos objetivos e metas. Cada país deve ter uma estrutura legislativa e regulatória eficaz para atingir os objetivos estratégicos. Os diferentes países precisam promover instituições efetivas e receptivas, políticas e sistemas transparentes e prestação de contas aos seus cidadãos através de processos democráticos, fundados no Estado de direito. A boa governança requer sistemas eficazes de orçamento, dotação financeira e controle de despesas. Esses sistemas devem ser totalmente transparentes e abertos ao público em geral, a fim de estimular a tomada de decisões participativa e o envolvimento do setor privado, bem como combater a corrupção.

A UE considera que a coerência política também está no cerne de um quadro de ação verdadeiramente propício. Para a parceria global ter sucesso, todas as políticas nacionais e subnacionais devem contribuir de forma coerente para a realização dos ODS tanto em nível nacional como internacional. Por exemplo, reformar ou eliminar os subsídios prejudiciais ao ambiente, tais como subsídios a combustíveis fósseis, e substituí-los por intervenções que sejam benéficas do ponto de vista do clima, causem menos danos ao ambiente e contribuam de forma mais eficaz para a redução da pobreza.

No entanto, a importância do nível regional não deve ser menosprezada. A UE promove ativamente o desenvolvimento e a integração regionais, que podem estimular o comércio, o investimento e a mobilidade e promover a paz e a estabilidade. Em termos mundiais, a implementação da agenda pós-2015 exigirá também um sistema internacional de governança eficaz: muitas questões são globais ou transfronteiriças e, portanto, requerem acordos de cooperação internacional específicos para resolvê-los (por exemplo, a saúde ou acordos ambientais multilaterais).

Capacitação para concretizar a agenda

A agenda pós-2015 só será bem sucedida se todos os parceiros possuírem instituições eficazes e as necessárias qualificações e capacidades humanas para erradicar a pobreza e garantir o desenvolvimento sustentável. Isso inclui a capacidade de avaliar necessidades, coletar dados, monitorar a execução e avaliar estratégias.

O reforço das capacidades, inclusive o desenvolvimento institucional e organizacional, só será eficaz se for assumido e gerido por aqueles que dele necessitam. Ele deve ser impulsionado por iniciativas baseadas na aprendizagem

e no conhecimento, bem como através de um diálogo permanente, equitativo e construtivo sobre as políticas e os resultados do desenvolvimento. Todos os parceiros na cooperação internacional, inclusive organizações internacionais, devem reforçar e aperfeiçoar o apoio aos processos de desenvolvimento de capacidades, incluindo a utilização de redes e sistemas de intercâmbio de conhecimentos, a aprendizagem entre pares e a coordenação entre todos os parceiros de desenvolvimento.

A UE está empenhada em melhorar e integrar o apoio ao desenvolvimento de capacidades em todos os setores de cooperação por meio de uma perspectiva que associe as múltiplas partes interessadas. A UE reconhece que o desenvolvimento de capacidades nos países parceiros é um fator fundamental para melhorar a eficácia da ajuda e já facilita os processos de aprendizagem entre pares e a criação de redes através de iniciativas como programas de cooperação técnica e de desenvolvimento institucional. A UE intensificará a capacitação no campo das estatísticas e do monitoramento nos países parceiros.

Fortalecimento das finanças públicas nacionais

É óbvio que os governos nacionais são os principais responsáveis pela execução de políticas econômicas sustentáveis. Isso inclui a responsabilidade de mobilizar e utilizar recursos públicos, inclusive os recursos naturais, de forma eficiente e sustentável. Requer também uma boa gestão das finanças públicas e a criação e o reforço de medidas de auditoria, controle, combate à fraude e à corrupção, boa administração fiscal e relatórios específicos por país para aumentar a transparência financeira e combater os fluxos financeiros ilícitos.

Os créditos de capital natural podem ajudar os países ricos em recursos naturais a melhorar sua governança e transparência, contribuindo para o crescimento econômico. A transformação da economia verde oferece novas possibilidades enquanto motor do crescimento econômico sustentável. A UE está empenhada em fortalecer seus esforços nessa área, tanto em nível interno como através de apoio aos países em desenvolvimento.

A crescente integração dos mercados financeiros internacionais e a globalização econômica representam novos desafios para aumentar as receitas domésticas. É, portanto, necessária uma cooperação internacional para garantir

um ambiente fiscal transparente, cooperativo e equitativo a fim de aumentar a mobilização das receitas internas. Todos os países devem assumir compromissos para mobilizar e utilizar o financiamento público interno de forma eficaz, inclusive no que se refere a bens públicos mundiais, tais como o clima e a biodiversidade, e em setores fundamentais para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, como a agricultura e a energia.

A cooperação internacional também deve ser reforçada em matéria de tributação. Todos os países devem cumprir as normas mínimas de boa governança na área tributária (transparência, intercâmbio de informações e concorrência fiscal leal) e comprometer-se a adotar legislação nacional para combater a fraude e a evasão fiscal, o planejamento fiscal agressivo e a concorrência fiscal prejudicial. A UE acredita que todos os países devem colaborar na aplicação das recomendações sobre erosão da base tributável e transferência de lucros.

Mobilizar o financiamento público internacional de forma eficaz

O financiamento público internacional continua a ser um elemento importante e catalisador do financiamento global disponível para os países em desenvolvimento. Todos os países têm um papel a desempenhar na mobilização de recursos financeiros. A Comissão Europeia apoia firmemente o apelo do Secretário-Geral das Nações Unidas para que os países desenvolvidos – inclusive a UE – atinjam a meta estabelecida pela ONU de 0,7% do PIB para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). A Comissão também apoia a ideia de que os países de renda média alta e as economias emergentes devem comprometer-se igualmente a aumentar sua contribuição para o financiamento público internacional e estabelecer metas e prazos específicos para tanto.

Com efeito, os recursos públicos internacionais de todos os provedores precisam ser repassados e utilizados de forma eficaz, em conformidade com os princípios de apropriação, foco em resultados, parceria inclusiva, transparência e responsabilização recíproca. Todas as entidades de financiamento devem envidar esforços concretos para melhorar a transparência, insistir na obtenção de resultados e na prestação de contas, apoiar a avaliação e a demonstração de resultados sustentáveis, implementar diretrizes em situações de conflito e de fragilidade e reduzir a fragmentação da arquitetura da ajuda internacional.

Estimular o comércio para erradicar a pobreza e fomentar o desenvolvimento sustentável

O comércio é um fator fundamental para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. A UE continua totalmente comprometida com a Agenda de Desenvolvimento de Doha⁸ da Organização Mundial do Comércio e com a aplicação do pacote de Bali. Isto inclui, nomeadamente, o Acordo de Facilitação do Comércio e seus elementos relacionados aos países menos desenvolvidos que promovam uma maior integração desses países aos mercados internacionais e à sustentabilidade mediante uma série de acordos comerciais.

Para realizar o pleno potencial do comércio, todos os países precisam refletir cada vez mais as questões “por trás das fronteiras” em sua política comercial, a saber: a facilitação do comércio exterior, os regulamentos e as normas técnicas, as regulamentações trabalhistas e ambientais, os investimentos, os serviços, os direitos de propriedade intelectual e os contratos públicos. Por exemplo, a UE está fortemente empenhada numa rápida conclusão de um acordo multilateral sobre produtos e serviços ambientais (o “Contrato de Mercadorias Verdes”) e atualmente está convidando mais países a participarem das negociações em curso.

A fim de cumprir os ODS, uma agenda de comércio transformadora precisa melhorar o comportamento responsável e a legislação, bem como a transparência de toda a cadeia de abastecimento. Os recursos naturais são um motor do desenvolvimento mediante sua exploração e comercialização, mas são necessários mais esforços para promover o abastecimento, o comércio e a utilização legal, responsável, sustentável e transparente de recursos naturais e matérias-primas, inclusive através de legislação da UE relativa a relatórios por país e de acordos bilaterais, como os celebrados com os países exportadores de madeira. A Comissão Europeia também apresentou recentemente uma proposta sobre abastecimento responsável de minerais procedentes de zonas de conflito e de alto risco.

8 Em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm

Impulsionar a mudança transformadora através da ciência, da tecnologia e da inovação

Ciência, tecnologia e inovação, inclusive a digitalização, podem gerar mudanças profundas em um período relativamente curto de tempo. Porém, essas mudanças não conseguem resolver automaticamente problemas sociais e ambientais. Todas as partes interessadas devem explorar o potencial oferecido por ciência, tecnologia e inovação em benefício de um desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, em particular nos países em desenvolvimento.

Com efeito, os governos devem promover a difusão, a partilha e a transferência de tecnologia, através de um ambiente propício e de incentivos nacionais voltados para a sustentabilidade e propiciar uma proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual, de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio. As parcerias público-privadas e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser promovidos, assegurando-se simultaneamente sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países devem aumentar a cooperação bilateral, regional e multilateral em ciência, tecnologia e inovação e em pesquisas orientadas para soluções, para promover a implementação dos ODS. A fim de facilitar o desenvolvimento de tecnologias vitais e ambientalmente saudáveis e o acesso a elas, é necessário promover não só a cooperação norte-sul, mas também a sul-sul e a triangular, em particular para os países menos desenvolvidos. As economias emergentes desempenham um papel importante no desenvolvimento e na transferência de tecnologia e no desenvolvimento de capacidades dos países menos desenvolvidos, bem como na cooperação científica e tecnológica.

A UE está empenhada em fomentar ciência, tecnologia e inovação, tanto no interior da União como em cooperação com países e regiões parceiros internacionais. O programa de pesquisa e inovação da UE Horizonte 2020⁹ destina 60% do seu orçamento ao apoio do desenvolvimento sustentável e está aberto à participação de todo o mundo.

9 Em: <http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/>

Mobilizar o setor privado nacional e internacional

As empresas e os consumidores têm um papel fundamental a desempenhar na realização do desenvolvimento sustentável. O setor privado, que vai de pequenas empresas a grandes multinacionais, é um motor importante para a inovação, o crescimento sustentável, a criação de emprego, as trocas comerciais e a redução da pobreza. Ele também desempenha um papel importante no investimento em eficiência de recursos e infraestrutura, tais como sistemas de transporte sustentáveis, redes de energia e infraestruturas digitais que são vitais para o crescimento econômico de um país.

Embora o histórico das empresas na atenuação de seu impacto ambiental e social esteja melhorando, existe um enorme potencial para o setor privado melhorar ainda mais sua contribuição para a erradicação da pobreza e assegurar um desenvolvimento sustentável. As empresas devem analisar sistematicamente o impacto ambiental e social dos produtos que utilizam e produzem mediante a realização de uma análise de seu ciclo de vida. Existem muitas normas, princípios e diretrizes disponíveis para as empresas e a agenda pós-2015 oferece uma grande oportunidade para começar a dar respostas a essas questões. Um exemplo disso é trabalhar para criar diretrizes para cadeias de abastecimento agrícola responsáveis. Nesse sentido, a UE encoraja as empresas a investir mais e de forma mais responsável nos países em desenvolvimento, inclusive através de abordagens diferenciadas e específicas em países vulneráveis ou afetados por conflitos, que precisam urgentemente de empregos e oportunidades econômicas para restaurar a coesão social, a paz e a estabilidade política. A UE colabora com os governos parceiros para criar um ambiente empresarial favorável, inclusive por meio do aumento do apoio às pequenas e médias empresas, da promoção do ecoempreendedorismo, do empoderamento das mulheres enquanto empresárias ou trabalhadoras e do aumento da inclusão financeira.

Por fim, a UE está tomando medidas para aumentar a recompensa dada pelo mercado à responsabilidade social e ambiental das empresas, disseminar boas práticas, melhorar os processos de autorregulação e correção e aumentar a divulgação de informações sociais e ambientais das empresas. A UE também promove ativamente o envolvimento significativo das empresas e a absorção de princípios e diretrizes reconhecidos internacionalmente, entre

eles, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.¹⁰

Tirar partido dos efeitos positivos da migração

Para os indivíduos, a migração pode ser uma das estratégias mais poderosas e imediatas de redução da pobreza. As pessoas migram para fugir da miséria e dos conflitos, adaptar-se às mudanças climáticas e aos choques ambientais e econômicos, buscar proteção contra a perseguição ou danos graves e melhorar a renda, a saúde e a educação de suas famílias.

A comunidade internacional deve empenhar-se para trabalhar em conjunto a fim de desenvolver uma estrutura abrangente para abordar a migração tanto legal como ilegal nos países de origem, de trânsito e de destino, contemplando também aspectos como saúde, educação e emprego. São necessárias iniciativas que permitam aos migrantes em situação regular conservar uma parte maior do seu rendimento, em especial através da redução dos custos de recrutamento e da transferência de remessas, reivindicar a portabilidade dos benefícios de seguridade social a que têm direito e explorar todo o seu potencial, reconhecendo suas competências e qualificações e, ao mesmo tempo, prevenindo a discriminação.

Por fim, a comunidade internacional pode igualmente promover medidas em relação ao acesso dos migrantes aos serviços públicos, à saúde, à educação e a outros serviços. A Europa enfrenta atualmente desafios consideráveis na abordagem da migração, mas a UE tem defendido os seus valores de forma consistente. Em nível internacional, ela foi pioneira em apresentar uma política externa de migração – a Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade – que é uma base eficaz para envolver regiões e países terceiros em questões de migração e asilo de formas mutuamente benéficas. Graças a essa abordagem, a UE tem uma experiência positiva para assegurar a coerência entre a migração e os objetivos de desenvolvimento. A Comissão Europeia está elaborando uma Agenda Europeia para a Migração, com uma abordagem equilibrada e abrangente para conectar melhor a política de migração da UE com suas outras políticas externas, o que inclui uma política de desenvolvimento que promova uma maior cooperação interna e externa.

10 Em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf

COMO GARANTIR A APLICAÇÃO:
ACOMPANHAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

Transparência, abrangência e eficiência

A UE acredita firmemente que o sucesso da agenda pós-2015 depende do trabalho em conjunto dos países e do cumprimento de seus compromissos. A estrutura de monitoramento, prestação de contas e avaliação para os ODS deveria ser parte integrante da agenda e ser sustentada pelos princípios da transparência, da inclusão e da capacidade de reação, da eficiência e da eficácia. Ela precisa cobrir todos os aspectos dos ODS, bem como todos os meios de implementação, inclusive todos os aspectos do financiamento. O processo deve facilitar e incentivar os países a maximizar seus progressos, elaborar e avaliar políticas eficazes, partilhar experiências e adotar as melhores práticas. Porém, deve ser eficiente, bem como eficaz, agregando valor, mas sem duplicar esforços ou recursos.

Deve-se dar atenção às necessidades dos grupos discriminados e das pessoas em situação de vulnerabilidade. Os governos nacionais devem ser responsáveis tanto perante as partes interessadas nacionais – pelos progressos em nível nacional – como perante a comunidade internacional – por sua contribuição para a consecução dos objetivos e metas globais. Os fóruns de alto nível da ONU, como a Terceira Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, organizada em julho de 2015, em Adis Abeba, são cruciais nesse contexto e têm um papel fundamental de supervisão para manter o compromisso político e realizar uma avaliação do progresso e das melhores práticas, incluindo recomendações para ações futuras em nível nacional ou internacional. Eles poderiam fazer pleno uso da experiência da Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz,¹¹ que oferece metodologias úteis, entre elas o diálogo entre múltiplas partes interessadas, a coleta de dados e o monitoramento conduzido pelos países, o que demonstra o potencial de transformação de um processo de monitoramento inclusivo dos comportamentos e dos níveis de ambição.

11 em: <http://effectivecooperation.org/>

Dados confiáveis: a importância das estatísticas

Além disso, o monitoramento, a avaliação, e a prestação de contas dependem de dados fiáveis e de indicadores de progresso informativos comparáveis entre países e regiões. A Comissão Europeia apoia a proposta do Secretário-Geral da ONU de definir indicadores através de um processo conduzido por técnicos especializados e orientado pelo sistema das Nações Unidas, ao qual a UE está disponível para contribuir. Devem-se aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo progresso tecnológico, em especial as novas tecnologias de informação e comunicação, para explorar grandes volumes de dados (“megadados”) e fortalecer o monitoramento e a coleta de dados desagregados em tempo real. Uma “revolução dos dados” – a transformação da forma como os dados são produzidos e utilizados para gerar o desenvolvimento sustentável – aumentaria a transparência e o acesso do público e reforçaria a qualidade e a comparabilidade das estatísticas oficiais nacionais e aproveitaria as pesquisas e tecnologias de coleta e análise de dados. O monitoramento dos progressos deve ser gerenciável, inclusive pelos países menos desenvolvidos, sem reduzir a ambição transformadora da agenda. São necessários esforços adicionais e abordagens mais inovadoras para coletar dados em cenários frágeis e afetados por conflitos.

A UE continua empenhada em criar e implementar um processo sólido e ambicioso de monitoramento, prestação de contas e avaliação. As lições da Estratégia Europa 2020 poderão ser úteis para o monitoramento e a avaliação, na medida em que a UE definiu indicadores para aferir e comparar os progressos efetuados pelos Estados-Membros e dar orientações para ajudá-los a acelerar os progressos na consecução das metas.

O CAMINHO FUTURO: ADIS ABEBA, NOVA YORK E ALÉM

a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba, em julho de 2015, foi o primeiro passo para um consenso global oficial sobre uma nova agenda para o desenvolvimento. A conferência resultou num acordo sobre os meios financeiros e não financeiros de execução (ou seja, ajuda, investimentos, políticas e outros) que darão sustentação à agenda do desenvolvimento pós-2015 e aos Objetivos de Desen-

volvimento Sustentável (ODS): a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento.¹²

As posições da UE sobre o assunto foram amplamente levadas em conta. O texto contém um pacote forte de medidas de apoio à transformação econômica, especialmente nos países menos desenvolvidos e Estados frágeis, entre elas o apoio à mobilização de recursos internos, o uso catalítico da APD e fortes compromissos comerciais. Nas palavras do comissário europeu da cooperação internacional e desenvolvimento, “a comunidade internacional só precisa agora aproveitar a oportunidade para avançar junto a fim de aproveitar todos os recursos e outros meios disponíveis para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” (Adis Abeba, Sessão Plenária, 14 de julho de 2015).¹³ Este texto será o pilar dos meios de implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015, que será aprovada em setembro, cujo projeto já foi aprovado para adoção pelas negociações intergovernamentais da primeira metade de 2015. Intitulado *Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*,¹⁴ o documento estabelece dezessete metas propostas, enumeradas a seguir.

As 17 metas de desenvolvimento sustentável

1. Acabar com a pobreza em todas suas formas e em todo o mundo.
2. Acabar com a fome, atingir a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todos em todas as idades.
4. Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem permanentes para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos.

12 Em: http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf

13 Em: http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/mimica/announcements/third-international-conference-financing-development-plenary-session-Adis-ababa-14072015_en

14 Em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Reduzir desigualdade nos países e entre eles.
11. Fazer com que as cidades e assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus efeitos.
14. conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação e deter e inverter a degradação das terras e deter a perda da biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e a criar em todos os níveis instituições eficazes e inclusivas que prestem contas.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Aliança Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Com um alto nível de ambição, a Agenda define três princípios essenciais:

- **Integração:** a nova aliança global precisa servir a toda a agenda pós-2015 e abordar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável de forma integrada.
- **Abrangência:** mobilização e uso eficaz de todos os meios de implementação, inclusive políticas e instituições saudáveis, em todos os níveis e apoiadas por múltiplas partes interessadas.
- **Universalidade:** todos devem contribuir com a sua justa cota. Todos os países terão de tomar medidas políticas e mobilizar recursos e todos precisarão monitorar os resultados.

A implementação do desenvolvimento sustentável vai muito além do compromisso financeiro e de um conjunto de metas. Por exemplo, a capaci-

tação e a cooperação no domínio da ciência, tecnologias e inovação são componentes essenciais para cumprir os ODS. Com efeito, a UE está empenhada em desempenhar um papel construtivo nas negociações intergovernamentais durante 2015 e em contribuir para a adoção de uma agenda verdadeiramente transformadora: juntamente com os Estados membros, a Comissão continua a aprofundar posições durante as negociações, para que a UE possa falar com uma só voz e desempenhar um papel construtivo durante as negociações. A Comissão está pronta a desempenhar o seu papel na implementação plena dessa agenda, tanto no interior da UE como através da sua ação externa, assessorada quando necessário pelo Serviço Europeu de Ação Externa, em cooperação com todos os seus parceiros.

Há poucas dúvidas de que o programa atual é ambicioso. Mas é preciso ambição se a comunidade mundial quiser cumprir o nobre objetivo a que se propôs: o fim da pobreza extrema e um futuro sustentável para todos.

THIERRY DUDERMEL · Chefe de Cooperação, Delegação da União Europeia ao Brasil.

AFONSO OLIVEIRA · Estagiário, Delegação da União Europeia ao Brasil.